

Instituições não bancárias passam a realizar redesconto intradia

Em resposta a pleito histórico da Associação, o CMN (Conselho Monetário Nacional) autorizou as operações de redesconto intradia para instituições não bancárias. Com a medida, corretoras, distribuidoras, financeiras e cooperativas de crédito passam a utilizar suas carteiras de títulos públicos para ter acesso a um importante mecanismo de liquidez temporária.

Com a Resolução nº 4.002, de 25 de agosto, as instituições não bancárias que possuem contas de liquidação no Banco Central passaram a poder liquidar suas operações junto à autarquia sem a necessidade de um intermediário. Até então, as operações de liquidez intradia estavam restritas às instituições detentoras de contas reservas bancárias.

A medida permite que as instituições gerenciem de forma mais adequada seu fluxo de caixa e traz mais agilidade ao sistema de intermediação, uma vez que as instituições passam a ter acesso direto a ele. “As instituições podem agora viabilizar

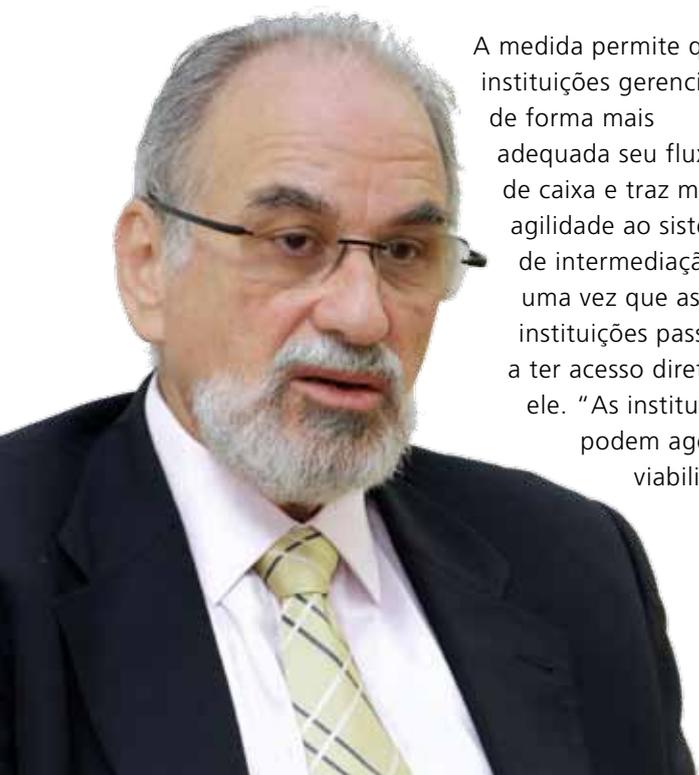
operações que não conseguiam anteriormente. Portanto é uma medida positiva para elas e também para o mercado, pois permite maior aprofundamento do mercado

secundário, aumentando a liquidez de títulos públicos, privados e outros ativos. É um instrumento de expansão do mercado”, afirma o diretor da ANBIMA, Saša Markus (veja a entrevista na pág. 2).

“Além da maior disponibilidade de prazo, flexibilidade e gerenciamento próprio de fluxo de caixa das instituições não bancárias para efetuar operações, a Resolução trouxe ainda maior transparência frente ao Banco Central, uma vez que o órgão pode acompanhar as operações”, completa o diretor.

O acesso às contas de liquidação e ao intradia era um pleito defendido pela Associação há alguns anos. Neste período, a interlocução dos representantes do mercado foi coordenada pelo Comitê de Mercado, presidido por Markus, em pleito conjunto com a Ancord (Associação Nacional das Corretoras e Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários, Câmbio e Mercadorias). “Ao longo dos anos estamos tentando facilitar e operacionalizar ►

“ Quando há mais fluidez para as operações e se possui um instrumento para aumentar e criar capilaridade para o mercado, mais participantes vão operar e o mercado se torna maior. ”



Saša Markus, diretor da ANBIMA

o mercado. Desde o início visamos o fortalecimento e a agilidade”, afirma Markus.

Em 2009, parte dos esforços da entidade foram atendidos com a Circular nº 3.438, que deu a possibilidade das instituições não bancárias possuírem uma conta de liquidação destinada ao registro, em moeda nacional, das disponibilidades mantidas no Banco Central e das movimentações no STR (Sistema de Transferência de Reservas). Contudo, as operações de redesconto intradia continuaram sendo realizadas por meio de instituições bancárias. “A Resolução nº 4.002 foi um aprimoramento da Circular nº 3.438, de 2009”, diz

Markus. “Ambas aperfeiçoam a infraestrutura do mercado de uma forma que será muito saudável para o seu desenvolvimento”, complementa. ■

SAIBA MAIS

A Resolução nº 4.002 foi tema do **Informe de Legislação 002/2011** divulgado no site da ANBIMA na área de Informações Técnicas, em Publicações. No site podem ser encontradas informações mais detalhadas sobre as regras, operações e parâmetros de negociação da nova medida.

ENTREVISTA

Na entrevista a seguir, o diretor da Associação Saša Markus fala sobre a importância das operações de redesconto intradia para as corretoras, distribuidoras, financeiras e cooperativas de crédito, como também as vantagens da nova Resolução.

► **Como se iniciou o processo de discussão sobre a necessidade de acesso às operações de intradia?**

O novo SPB (Sistema de Pagamentos Brasileiro), criado em 2002, trouxe muitos benefícios para o mercado, mais segurança, solidez, liquidez, entre outros. No entanto, as instituições não bancárias que antes negociavam diretamente com o mercado passaram a depender dos bancos para liquidar as operações intradia. Foi então que começamos a negociar facilidades operacionais para continuar realizando as transações. Iniciamos com a criação de uma comissão para representarmos o mercado secundário junto ao Banco Central. Anos mais tarde, as reuniões passaram a serem realizadas por meio do Comitê de Mercado. Em 2006, levamos o pleito formal à Diretoria de Política Monetária do Banco Central e passamos a debater-lo com os representantes da instituição.

► **Qual foi a importância da conta de liquidação no Banco Central criada em 2009?**

Em 2009, nosso pleito foi atendido parcialmente. O Banco Central criou a conta de liquidação para as instituições não bancárias que propiciou o acesso ao STR (Sistema de Transferência de Reservas). Com isso, o acesso direto às contas de liquidação já representou um avanço em termos de custo para as instituições não bancárias. As operações intradia continuaram sendo realizadas por meio dos bancos, porém com a conta de liquidação as instituições passaram a ter mais

autonomia junto ao Banco Central e também mais agilidade operacional.

► **Quais as vantagens do redesconto intradia para as instituições não bancárias?**

Elas passam a ter redução de custo operacional e podem concorrer em condições equivalentes às das demais instituições atuantes no mercado. Além disso, a Resolução traz mais agilidade e segurança nas operações.

► **Quais as vantagens para o Banco Central?**

Traz visibilidade. Desta forma, em um momento de crise, por exemplo, o Banco Central tem mais controle do mercado, pois tem acesso às movimentações diretamente. Aliás, algo que não podemos deixar de mencionar foi a grande receptividade do Banco Central em todo esse processo, que se dispôs a nos ouvir desde o princípio, e esteve sempre aberto para debater as sugestões do mercado.

► **Como o mercado recebeu a medida?**

Foi uma recepção muito positiva. Quando há mais fluidez para as operações e se possui um instrumento para aumentar e criar capilaridade para o mercado, mais participantes vão operar e o mercado se torna maior. O país precisa crescer, precisa de mercados maduros para títulos públicos e privados e nós precisamos de facilidade de colocação desses títulos.

Associação convoca Assembleia Geral Extraordinária

A ANBIMA realizará sua Assembleia Geral Extraordinária no dia 30 de setembro. A reunião, que terá sua primeira convocação às 9h30 e a segunda, às 10h30, deliberará sobre a constituição do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para o Novo Mercado de Renda Fixa.

Estão ainda em pauta as alterações propostas para os códigos de Fundos de Investimento,

Certificação Continuada, Serviços Qualificados, além do Código ANBIMA de Processos de Regulação e Melhores Práticas.

A Assembleia acontecerá simultaneamente nos escritórios da Associação no Rio de Janeiro e em São Paulo. O voto será realizado de forma eletrônica, conforme instruções a serem oportunamente enviada aos associados. ■

Subcomitê de Assuntos Previdenciários e Susep se reúne

O Subcomitê de Assuntos Previdenciários se reuniu no dia 29 de agosto com a Susep (Superintendência de Seguros Privados). O encontro abordou a regulação das seguradoras, com foco nas regras de investimento, quando a Associação sugeriu aprimoramentos de alguns tópicos da regulação atual.

Agenda de Fundos é tema de reunião com a CVM

No dia 12 de agosto, representantes da Associação se reuniram com Maria Helena Santana, presidente da CVM (Comissão de Valores Mobiliários), para abordar a agenda de iniciativas no âmbito dos comitês de fundos de investimento da Associação.

Participaram do encontro os vice-presidentes Demosthenes Pinho Neto e Denise Pavarina e os diretores Celso Portásio, Luciane Ribeiro e Luiz Fernando Figueiredo.

Comitê de Assuntos de Tesouraria debate regras para dealers

O Comitê de Assuntos de Tesouraria se reuniu no mês de agosto para debater e esclarecer as novas regras para dealers e leilões de títulos públicos aprovadas pelo Banco Central e pelo Tesouro Nacional.

A principal alteração em relação aos dealers já havia sido proposta pelo Grupo de Trabalho da ANBIMA

ao Tesouro e define a inclusão das operações definitivas realizadas pelo mercado com quaisquer títulos públicos federais, antes efetuadas apenas com títulos públicos específicos. Já os leilões de ofertas de títulos públicos tiveram os intervalos de horários alterados tanto para acolhimento das propostas como para a divulgação dos eventos.

Estiveram presentes na ocasião o vice-presidente da ANBIMA, Alfredo Moraes e o presidente do Comitê, Pedro Lorenzini.

As medidas foram detalhadas no Informe de Legislação 001/2011, disponível na área de Informações Técnicas do site da Associação. ■

Inclusão de FIDCs na C3 entra em discussão

A Associação participou de reunião com o Banco Central, a Febraban (Federação Brasileira de Bancos), a CIP (Câmara Interbancária de Pagamentos) e as associações gestoras do C3 (Central de Cessão de Crédito) para debater a inclusão de FIDCs (Fundos de Investimento em Direito Creditório) na C3, bem

como acompanhar o andamento da implementação do sistema.

A C3 é uma plataforma eletrônica que registra todas as cessões de crédito, isto é, a compra e venda de recebíveis realizadas pelas instituições financeiras, garantindo mais transparência e segurança nas transações. Suas

operações iniciaram em agosto e os FIDCs participarão da C3 sempre que forem contrapartes de operações de cessões de créditos feitas por instituições financeiras.

Estiveram presentes na ocasião representantes do Comitê de Serviços Qualificados. ■

Seminário debate aspectos jurídicos do mercado de capitais

Fotos: Leandro Viola

A 8ª edição do Seminário ANBIMA de Direito do Mercado de Capitais foi realizada no dia 23 de agosto, em São Paulo, com a presença de cerca de 250 pessoas entre autoridades e representantes de instituições financeiras e escritórios de advocacia.

Logo na abertura o presidente da Associação, Marcelo Giufrida, indicou o arcabouço jurídico existente no Brasil como o grande responsável pelo país ter passado bem pela crise, que ainda não acabou. “Podemos administrar os impactos que chegaram até nós e superá-los de maneira bastante positiva”, disse ele.

Já o vice-presidente do Comitê de Assuntos Jurídicos da ANBIMA, Gilberto Frussa, lembrou que novamente o seminário acontece num momento de crise externa. “Hoje, porém, os brasileiros têm razões para estarem mais confiantes em relação ao comportamento e desenvolvimento da nossa economia”.



Gilberto Frussa, vice-presidente do Comitê de Assuntos Jurídicos da ANBIMA, e o presidente da Associação, Marcelo Giufrida

internacionais, o ex-presidente do BC pontuou fatores ou propostas que podem contribuir para o fortalecimento e consolidação do mercado doméstico de dívida e sinalizou que muitos deles já estão contidos no NMRF (Novo Mercado de Renda Fixa) proposto pela ANBIMA.

No encerramento, o diretor da ANBIMA Valdecyr Gomes comentou que a Associação vem debatendo com profundidade temas bastante relevantes para o crescimento do país, com foco não só no interesse de seus associados, mas também dos investidores e da sociedade como um todo. “Isso num momento em que o Brasil está para assumir posição de destaque no cenário mundial”, disse. ■



Henrique Meirelles, ex-presidente do Banco Central

Ambos citaram ainda que o mercado de dívida privada deve ser ampliado no Brasil, assunto também mencionado pelo ex-presidente do Banco Central Henrique Meirelles. “O mercado de ações, de derivativos e o sistema bancário apresentaram bom desenvolvimento nos últimos anos, mas há um grande desafio para se desenvolver o mercado de crédito”, afirmou Meirelles. Buscando exemplos e experiências nos mercados



Valdecyr Gomes, diretor da ANBIMA

No painel “A influência do Direito no mercado de capitais”, Rogério Monteiro (à esq.), membro do Comitê de Assuntos Jurídicos da ANBIMA, destacou que um arcabouço legal e decisões judiciais condizentes com a realidade são importantes para que o investidor tenha segurança quanto ao desfecho dos problemas que possa ter no país. Na sequência, o presidente da Associação Brasileira de Jurimetria, Marcelo Guedes Nunes, defendeu a utilização dos conhecimentos estatísticos na área jurídica



O superintendente de Registro de Valores Mobiliários da CVM, Felipe Claret da Mota, e o sócio da White and Case, Donald Baker, no painel “O papel do mercado acionário no financiamento do país”

Julian Chediak, sócio do escritório Chediak Advogados, discursa sobre o projeto da ANBIMA que incentiva emissões de prazos longos no mercado de capitais. Na mesa, participaram do painel “Os desafios do mercado secundário de Renda Fixa” (da esq. para a dir.), Eduardo Mattar, sócio do escritório Pinheiro Guimarães Advogados, Thomas Felsberg, sócio do escritório Felsberg & Associados, Christian Squassoni, membro do Comitê de Assuntos Jurídicos da ANBIMA, e Francisco Mussnich, sócio do escritório Barbosa, Mussnich & Aragão Advogados



Uma mesa-redonda moderada pela diretora executiva da revista Capital Aberto, Simone Azevedo, trouxe a visão dos participantes do mercado sobre questões como o atual patamar de precificação das ações, a atuação do BNDES, o desempenho do Bovespa Mais e de empresas consideradas Small Caps. Os debatedores, da esq. para a dir., foram: Walter Mendes, sócio-diretor da Cultinvest, Sérgio Spinelli Silva Jr., sócio do escritório Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey e Quiroga Advogados, Henrique Vergara, diretor Jurídico da BM&Fbovespa e Jean-Marc Etlin, diretor do Itaú BBA

Ganhadores do Prêmio Imprensa participam de almoço na ANBIMA

No dia 19 de agosto, foi realizado na ANBIMA o almoço de entrega dos troféus da 5ª edição do Prêmio Imprensa. Os jornalistas José Fucs, da revista Época e Alessandra Bellotto, do Jornal Valor Econômico, receberam seus troféus na cerimônia que teve a participação do diretor da CVM (Comissão de Valores Mobiliários) Alessandro Broedel e contou também com a presença do presidente da Associação, Marcelo Giufrida.

Foto: Leandro Viola



Da esquerda para direita: Patrícia Quadros e José Antonio Gragnani, da BM&FBovespa, José Alexandre Vasco, da CVM, Alessandra Bellotto, vencedora do Prêmio, Alessandro Broedel, da CVM, Ana Leoni, da ANBIMA, José Fucs, vencedor do Prêmio, Mauro Calil, do INI, Hildete Vodopives, da Apimec, Luis Roberto Cardoso, do IBRI, Marcelo Giufrida, presidente da ANBIMA e Ana Paula Marques dos Reis, da Abrasca

O Prêmio Imprensa, que é uma iniciativa do Comitê Consultivo de Educação da CVM do qual a Associação participa, tem o objetivo de reconhecer e distinguir matérias e reportagens que exerçam bem a função de orientar os investidores, esclarecendo as características, oportunidades e riscos inerentes ao mercado de capitais.

Giufrida realizou a abertura da premiação e discursou sobre a principal finalidade do Comitê Consultivo de Educação, órgão que promove o evento. "A grande importância do Comitê é fortalecer a educação financeira no Brasil estimulando cada vez mais a produção de conteúdo sobre o mercado", afirmou.

O diretor da CVM foi responsável pela entrega dos troféus aos premiados. "As reportagens vencedoras são essenciais para o desenvolvimento da economia e do mercado, pois é muito importante que esse conhecimento seja levado ao leitor", disse aos presentes. Ele ainda ressaltou que a regulação do mercado financeiro caminha em paralelo ao conhecimento que tais reportagens propiciam aos investidores.

Alessandra foi a ganhadora na categoria Jornal com a matéria "Renda extra com ações", publicada em julho de 2010. No texto, ela aborda o aluguel de ações, uma alternativa de ganho para os investidores de renda variável. Já Fucs venceu pela categoria Revista com a matéria, veiculada em abril de 2010, "As trapaças na Bolsa de Valores". O jornalista escreve sobre a utilização de informações privilegiadas no mercado de ações, expondo as irregularidades do mercado e destacando a ação fiscalizadora da CVM. Além do troféu, os vencedores receberam R\$ 5 mil cada.

O Comitê Consultivo de Educação é composto pela CVM, ANBIMA, Abrasca (Associação Brasileira das Companhias Abertas), Ancord (Associação Nacional das Corretoras e Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários, Câmbio e Mercadorias), Apimec (Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais), BM&FBovespa, Ibri (Instituto Brasileiro de Relações com Investidores) e Ini (Instituto Nacional de Investidores). ■

Livro lançado pela ANBIMA discute impactos da crise de 2008

Estudo, realizado a pedido da Associação pelo economista Márcio Garcia, Ph.D. pela Universidade de Stanford e professor da PUC-Rio, mostra como os fundamentos macroeconômicos, o arcabouço regulatório e a infraestrutura de mercado contribuíram para o bom desempenho brasileiro durante e após a crise de 2008.

O livro “O Sistema Financeiro e a Economia Brasileira Durante a Grande Crise de 2008”, lançado no formato eletrônico e disponível nas versões inglês e português, faz parte das iniciativas da Associação para fomentar e divulgar estudos técnicos relevantes para os mercados e a economia brasileiros.

No trabalho, Garcia discorre sobre os fatores e as características da economia brasileira que contribuíram para o bom desempenho do país durante e após a crise financeira internacional de 2008, tais como: as reformas estruturais das últimas décadas – incluindo a conquista da estabilização monetária –, os aprimoramentos dos arcabouços regulatórios dos mercados financeiro de capitais e a consolidação de uma infraestrutura de mercado adequada e moderna.

“Após conviver com a hiperinflação por mais de uma década, a economia brasileira passou por reformas estruturais que lhe permitiram muito bem usufruir de sua complementaridade com as economias que mais crescem no mundo, notadamente a da China”, relata o autor no trabalho. O economista ainda compara a experiência nacional com a de outros países que também



demonstraram resiliência durante e após a crise, como o Chile e o Canadá.

“Avaliamos que era relevante sistematizar a experiência brasileira durante e após a crise, destacando os fatores que contribuíram para que seus impactos fossem relativamente mitigados no nosso caso. Conhecer bem o caso brasileiro e oferecer informações abrangentes sobre ele são passos importantes para fortalecermos nossa posição como interlocutores no debate sobre a reestruturação

do Sistema Financeiro Internacional”, explica Rodrigo Azevedo, diretor da Associação que coordenou a iniciativa de produção do livro.

A publicação pode ser baixada gratuitamente no site da ANBIMA. ■

INFORMATIVO ANBIMA

Publicação mensal da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais dirigida a seus associados

RIO DE JANEIRO: Avenida República do Chile, 230
13º andar CEP 20031-170 + 21 3814 3800

SÃO PAULO: Av. das Nações Unidas, 8501 21º andar
CEP 05425-070 + 11 3471 4200

PRESIDENTE: Marcelo Giufrida

VICE-PRESIDENTES: Alberto Kiraly, Alfredo Moraes, Demosthenes Pinho Neto, Denise Pavarina, José Olympio Pereira, Marcio Hamilton Ferreira, Pedro Guerra e Sergio Cutolo

DIRETORES: Alan Dain Gandelman, Celso Portásio, José Carlos de Oliveira, José Hugo Laloni, Luciane Ribeiro, Luiz Fernando Figueiredo, Márcio Appel, Marcos Roberto Vansconcelos, Pedro Augusto Bastos, Regis de Abreu Filho, Rodrigo Azevedo, Saša Markus e Valdecyr Gomes

COMITÊ EXECUTIVO: Luiz Kaufman (Superintendente Geral), Euridson Sá (Representação), José Carlos Doherty (Supervisão de Mercado), André Mello (Produtos e Serviços), Rogério Buldo (Gestão e Tecnologia) e Ana Claudia Leoni (Comunicação Institucional)

www.anbima.com.br